

## UMA OUTRA RELAÇÃO CAPITAL X TRABALHO É POSSÍVEL?

Derli Schmidt<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho constitui-se de um levantamento de dados e informações que resultaram em um diagnóstico da situação de uma cooperativa industrial representativa do sistema cooperativista no RS, indicando, talvez, uma tendência mercadológica dos países afetados pela nova ordem mundial traduzida pelo fenômeno globalização.

Nossa reflexão foi embasada no pressuposto de que na cooperativa industrial há uma nova relação entre capital e trabalho. Em virtude dessa inferência, problematizamos a questão. Para tanto indagou-se se a cooperativa apresentava adequadas relações entre capital e trabalho. No sentido de sermos coerentes, construiu-se a hipótese de que os associados da COOMEC - nossa amostra de representatividade do setor - de fato percebem essa nova relação entre capital e trabalho e de que existe, na cooperativa em questão, condições de diminuir as diferenças sociais existentes na classe trabalhadora, de forma que se propicie aos mesmos, melhores condições de vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cooperativa; capital X trabalho; coletivo; solidariedade; trabalhadores; participação; Espanha; Mondragón.

### IS IT POSSIBLE ANOTHER RELATION CAPITAL X WORK?

**ABSTRACT:** This work is the result of a survey of data and information, diagnosis of the situation of a co-operative system in RS, presenting a mercadological tendency of the countries affected by the globalization phenomenon. Our reflection is based on the presupposition that there is a new relation between capital and work in the industrial co-operative. Due to this inference we problematized. The order to be coherent was built the hypothesis that the partners of the COOMEC - our sample of representativity of the sector - actually perceive this new relation between capital and work and if there are conditions to reduce the social differences present in the working class in order to give them better life conditions.

**KEY WORDS:** Co-operative; capital X work; collective; solidarity; workers; Spain; Mondragón; participation.

### INTRODUÇÃO

Refletir sobre a formação das sociedades nos diferentes períodos da história universal é sobretudo um esforço no sentido de compreender suas estruturas formais e materiais, e, neste contexto, é forçoso admitir que a cooperação esteve presente em todas as formas de sociedade estabelecida, constituindo-se, portanto, em um elemento primordial na construção das mesmas.

<sup>1</sup> Milton Luiz Witmann foi orientador da dissertação que embasou este artigo.

<sup>2</sup> Autor do artigo, mestre em Engenharia de Produção pela UFSM e professor da Unisinos e da Univas.

10

É oportuno expressar que não nos parece possível pensar em uma determinada civilização sem um esforço concentrado e dirigido - da parte daqueles que a compõem - que não esteja voltado para o seu desenvolvimento. Desta análise, vislumbramos a existência de um instinto gregário, mantido nos diferentes povos, que os impelam a traçar metas e unir esforços no intuito de realizarem seus propósitos e superarem suas dificuldades. Isso equivale a dizer que um instinto de cooperação se põe em disponibilidade no preciso momento em que mais nenhuma alternativa se mostra, como são os casos específicos, de Mondragon (Espanha) e, em especial, o caso COOMEC (Cooperativa Industrial Mecânica Ltda); este mais elucidativo, visto que mais recente e melhor localizado em nosso contexto social.

Assim, entendemos oportuno examinarmos o cooperativismo a partir da perspectiva dos meios de produção e serviços, razão pela qual delimitamos nosso estudo na esfera da cooperativa industrial enquanto uma nova relação capital-trabalho.

As mudanças que vêm acontecendo nos últimos anos na economia, tanto no plano nacional como no internacional, estão provocando uma grande reestruturação nas sociedades, com efeitos generalizados. Os fatores impulsionadores deste processo são conhecidos como novas tecnologias, acumulação e concentração de capital em escala mundial e produção sob novos métodos e organização.

As mudanças na estrutura do mercado de trabalho, no perfil e natureza do próprio trabalho se constituem no problema central do desenvolvimento social, tanto em países altamente industrializados como em países em desenvolvimento. nos quais podemos afirmar ser um modelo excludente. O emprego tradicional está em extinção, e as pessoas estão sendo compulsoriamente jogadas a um mercado informal ou simplesmente marginalizadas e excluídas. O índice de desemprego segue e os programas de geração de emprego não alcançam resultados suficientes. A agricultura e a indústria empregam cada vez menos, enquanto o setor de serviços cresce, mas não absorve todos os demitidos dos outros setores.

Estes fenômenos têm imposto como regra a busca por alternativas que evidenciem caminhos para equacionar o problema de um mercado de trabalho altamente competitivo, razão pela qual se observa o surgimento das empresas de trabalho associado, ou seja, as cooperativas de trabalho. Estas organizações se apresentam como uma resposta ao vertiginoso processo de reestruturação produtiva, bem como uma alternativa de renda para os excluídos em função da automação do processo produtivo e do intenso uso da tecnologia.

Dentro destas organizações constata-se um problema que pode ser descrito como o desafio de conciliar os seus objetivos sociais e a gestão igualitária com a qualidade e a eficiência produtiva, hoje tão exigidas pelo mercado. Outro fato relevante é o crescente índice de desemprego que se faz presente no cenário nacional, e que pode ser encarado como uma oportunidade para o desenvolvimento de projetos alternativos de geração de postos de trabalho.

A cooperativa de trabalho se insere neste contexto como uma solução viável já que se define como uma entidade na qual seus associados são integrados por laços de afinidades profissionais, excluindo-se os agentes intermediários que

terminam por encarecer os custos de produção, com efeito, o preço final ao consumidor. Estas têm sido algumas das razões apontadas como explicação do sucesso crescente que vem tendo as instituições cooperativas implementadas nos mais diversos pontos do globo, sendo, inclusive, alvo de prognósticos, por parte dos especialistas, como uma tendência natural de mercado, especialmente onde as pequenas corporações têm tido dificuldades de se manterem estabelecidas em virtude da inserção no mercado dos grandes conglomerados internacionais - efeitos imediatos da nova ordem mundial, também identificada como globalização. O crescente surgimento das organizações estabelecidas no molde de instituições cooperativas, a ser verificado e documentado neste estudo, tende a demonstrar o crescente aumento do índice de desempregados, que em contrapartida tem estimulado o surgimento de novas cooperativas de trabalho.

As cooperativas, em face do seu crescimento tão dinâmico quanto espontâneo, têm tido a oportunidade de enfrentar novos desafios, dos quais, destaca-se sua necessidade de adequar seus produtos e serviços às novas exigências mundiais de maior qualidade pelo menor custo. Neste sentido, o sistema cooperativo tem dado provas de que, em matéria de custos, tem muito a ensinar, entretanto, sua qualidade se mostra em contínuo processo de desenvolvimento; ainda não tendo alcançado níveis desejados, embora, para muitos, já sejam satisfatórios. Sua aposta para alcançar tão nobre objetivo é ineiramente dirigida a níveis crescentes de qualificação profissional, valorização humana, capacitação e motivação da força de trabalho; elementos estes que são atribuídos à virtude de ser o diferencial de mercado para as grandes organizações estabelecidas ao redor do mundo globalizado.

Estas categorias são facilmente compreendidas se analisarmos que nas cooperativas de trabalho, na qual o associado é o próprio dono e gestor, é vital que ele se aperfeiçoe, que atinja níveis de excelência, de modo que possa contribuir eficazmente ao desenvolvimento de seu empreendimento. O associado engajado, enquanto um indivíduo que passa de mera figura que vende sua força de trabalho a valores irrisórios (suficientes para manter sua sobrevivência) para um empreendedor, dono de seu próprio negócio, com outros indivíduos (autogestionariamente), é a força de que precisa o negócio para desenvolver produtos e serviços com qualidades que possam competir com as maiores e melhores organizações - iniciativa privada ou estatal - do mercado.

Feitas estas considerações preliminares acerca da dinâmica cooperativista, relatamos (no Cooperativismo de Produção Industrial) a maior referência mundial que temos nesta experiência, ou seja, o Cooperativismo de Mondragon, situado no país Vasco ao norte da Espanha, experiência esta que vai encontrar no Brasil uma referência em Cachoeirinha - RS, na COOMEC, Cooperativa de Produção Industrial originada da massa falida da Indústrias de Fogos Wallig. O caso prático da COOMEC foi apresentado, estudado e pesquisado, buscando identificar se, concretamente, estaria surgindo nesta experiência, assim como no caso de Mondragon, uma nova relação capital-trabalho.

Diante da atual conjuntura econômica, cultural e social do país, em que se nota claramente o fim do emprego e as dificuldades nas relações trabalhistas entre empregado e empregador, não será justamente o cooperativismo uma solução de fonte de renda e trabalho para a população desempregada? Mais que isso, para

a sociedade como um todo, o cooperativismo diferencia questões de emprego das questões de trabalho? Será o cooperativismo uma forma de garantir mão-de-obra ativa e renda digna para os trabalhadores marginalizados pela sociedade capitalista, altamente competitiva e movidos pelo consumo e aceleração tecnológica?

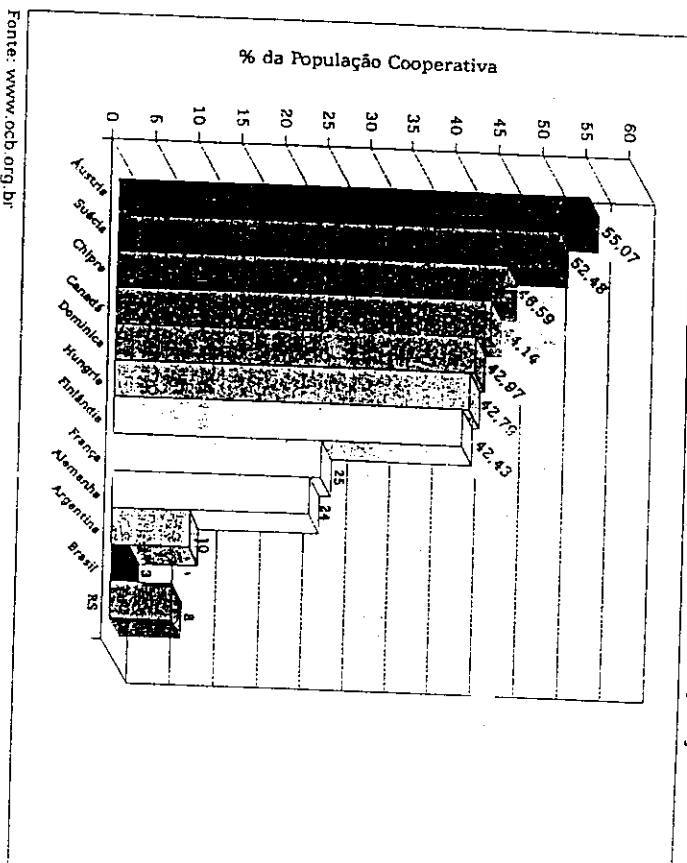
Será o cooperativismo, desde que autêntico, um meio para a formação de uma nova relação entre capital e trabalho para o trabalhador cooperado, na qual este possa tornar-se também dono dos meios de produção, originando uma base de defesa econômica, produtiva e autogestionária?

Diante dos fatos realizamos um estudo de caso da COOMEQ, por ser ela a cooperativa de trabalho industrial com maior experiência acumulada, ainda em funcionamento no RS.

É necessário dizer que os obstáculos do cooperativismo brasileiro são próprios de um movimento emergente que passou a modificar as relações de trabalho tradicionais (emprego remunerado). As políticas públicas adotadas e a legislação são, por vezes, contraditórias. Com o crescimento do movimento cooperativo, passam a ocorrer confrontos com interesses de segmentos sindicais e empresariais, especialmente do setor de intermediação de mão-de-obra, além do corporativismo representado por órgãos do governo, responsáveis pela fiscalização das relações do trabalho. Acrescenta-se ainda a série de obstáculos a serem transpostos pelo cooperativismo no Brasil, a existência de uma forte cultura de assalariado e de dependência, presentes nos trabalhadores, nos advogados, nos juizes e funcionários públicos e, principalmente, uma carência de cultura cooperativista entre a população. No GRÁFICO 1, verifica-se que o Brasil, comparado com diversos outros países, tem uma participação cooperativa entre a população bastante pequena entre a população.

Uma outra relação capital x trabalho é possível?

GRÁFICO 1 - Países e a participação cooperativa entre a sua população



Fonte: [www.oceb.org.br](http://www.oceb.org.br)

### 1 EXPERIÊNCIA COOPERATIVA DE MONDRAGON

São de grande significado as palavras expressas pelo fundador e dinamizador da experiência cooperativa de Mondragon, o sacerdote José Maria Arizmendiarieta. Ensina-nos o mestre:

Nada diferencia mais os homens e os povos que suas respectivas atitudes em relação às circunstâncias em que vivem. Os que fazem a opção por vantagens sobre aqueles que decidem esperar passivamente os resultados da mudança

Si hay cooperacion podemos ser solidarios y si tenemos solidaridad, podemos progrear sin anos. (Arizmendiarieta, 2002)

Como outras comunidades humanas, o País Vasco (Espanha) tem desenvolvido, ao longo de sua história, diversas atividades econômicas em regime de cooperação. Exemplo dessas atividades são as práticas esporádicas de trabalhos do gênero de subsistência ou ligados à produção agrícola, chegando inclusive a cristalizar esta atividade comunitária em instituições de grande importância para a economia vasca, tal como as confrarias de pescadores ou o aproveitamento organizado em terras comunitárias.

Com o advento da revolução industrial, houve uma redução expressiva destas práticas e destas instituições, surgindo, ao mesmo tempo, novos exemplos de cooperativas económicas empurradas em regime de cooperação. Este foi o caso das Cooperativas de consumo, de incipiente surgimento, na comarca de Gran Bilbao, e inclusive Cooperativas de produção industrial como a Eibarresa Alfa, de inspiração socialista. Sem dúvida, tanto as experiências práticas em curso como a evolução teórica tiveram significativa retroação em virtude da guerra civil espanhola, cujo desenlace teve como efeito uma clara estratificação no processo evolutivo das referidas atividades, com efeito, submetendo o país vasco a numa profunda crise económica e social.

Como exemplo mundial de cooperativismo de trabalho, cita-se o Grupo Mondragon, no País Vasco (Espanha), que em 1996 completou 40 anos de existência. Iniciou suas atividades em 1956, com a criação de uma cooperativa de produção industrial, fabricante de pequenos fogões a gás, passando por um grande crescimento ao longo destes anos, possuindo vários tipos de cooperativas filiadas:

## 2.1 Mondragon - origens

Mondragon (em espanhol quer dizer "Meu Dragão") (Pontes Jr., 2000) é sobretudo o nome de um povo vasco, profundamente enraizado em seu passado e no qual se desenvolveu e consolidou, na Idade Média, uma atividade artesanal de transformação de ferro (ferramentaria). Este desenvolvimento tecnológico resultou na aglutinação de todas as outras empresas de pequeno porte neste ramo, formando assim a União Serralleira<sup>3</sup>. Esta integração permitiu o desenvolvimento de diversas empresas auxiliares desta união, que muitas vezes buscavam pessoas de dentro da união para administrar seus negócios. Na União Serralleira também se desenvolveu a Escola de Aprendizes, exclusivamente para os filhos dos próprios trabalhadores da União, com cursos que duravam até quatro anos. Neste contexto, surgiu o primeiro choque social na qual ideologistas, formados pela escola técnica de serralleira, se viam diante de uma massa proletariada e que não contava com o movimento de afiliação sindical. Uma ansiedade ideológica entre liberais e socialistas rompe a paz em 1916, tornando Mondragon um barril de pólvora prestes a estourar a qualquer momento.

Neste período a Espanha vive em plena agitação social e política<sup>4</sup>, dois partidos lutam, cria-se uma tensão cultural e social. Daí em diante, Mondragon acumula recordes de processos revolucionários. Apesar de finalizada a guerra civil em 1939, não se apaziguam os ânimos daquele povo, pelo contrário, tornam-se mais acirradas as diferenças sociais, e é neste clima tenso que surge concretamente a experiência cooperativa situada em Mondragon, inspirada e impulsionada por Don José Maria Arizmendiarrrieta. Ele chega a Mondragon recém ordenado sacerdote da

igreja católica, incumbido da missão de atender os jovens da paróquia a que foi designado.

Don José M. Arizmendiarrrieta<sup>5</sup> merece, pelo papel desempenhado na concepção e implantação do modelo, um lugar privilegiado, visto que se pode considerá-lo o catalisador de vontades e modelador de pessoas para que, de forma autônoma, atuem na vida submetidas a valores que deem conta dos desafios exigidos pelo momento, de modo essencialmente humano e solidário. Sua fé religiosa e sua vocação de sacerdote conferiram-lhe uma personalidade austera, com poucas ambições pessoais, seja no aspecto econômico, seja no aspecto social. Todavia, tal condição lhe imprimiu uma forte ambição intelectual e um grande pragmatismo, sabendo o mesmo integrar a teoria e a prática para que servisse de estímulo às pessoas capacitadas a assumirem grandes empreendimentos.

Em torno de 1940 vários homens importantes, cada um com seu estilo, ajudaram a reconstruir um povo desmotivado, quando a União Serralleira se constituiu no eixo do desenvolvimento de Mondragon industrial. Mais tarde, sentindo o cansaço da tecnologia esgotada de uma organização defasada, dá-se o início a uma nova adaptação de transação fortificada com a ideologia social. O Conselho de administração promove uma escola educacional a trabalhadores, iniciando um passo importante para um avanço social de Mondragon. Arizmendiarrrieta abre às portas do saber as classes dominadas, causando um certo temor à elite, sendo mais tarde fundamental para o avanço cooperativista.

## 2.2 Mondragon - dinâmica de resultados da cooperativa

Nas palavras de António Cancelo<sup>6</sup>, a MCC (Mondragon Corporación Cooperativa) constitui-se em um grupo empresarial integrado por mais de 120 empresas estruturadas em três grupos: Financeiro, Industrial e de Distribuição, em conjunto com as áreas de investigação e de formação. A MCC, sem dúvida, é fruto do talento empreendedor do jovem sacerdote, José M. Arizmendiarrrieta, e do esforço solidário dos sócios trabalhadores que souberam transformar uma pequena oficina artesanal que, em 1956, fabricava estufas, no primeiro grupo empresarial vasco e no oitavo do Estado espanhol. A expressão deste feito está nas cifras, a saber: 1.043.893 milhões de pesetas, (6.274 milhões de Euros) de vendas na sua atividade industrial e de distribuições, 1.058.922 milhões de pesetas (6.364 milhões de Euros) na sua atividade financeira, contando com um quadro de pessoal de 46.861 trabalhadores - dados estes do final de 1999, conforme GRÁFICOS 2, 3 e 4. A missão da MCC aglutina os objetivos básicos de uma organização empresarial que compete nos mercados internacionais, com a utilização de métodos democráticos em sua organização societária, a criação de postos de trabalho e renda, a promoção humana e profissional de seus trabalhadores e o compromisso de desenvolvimento com retorno social.

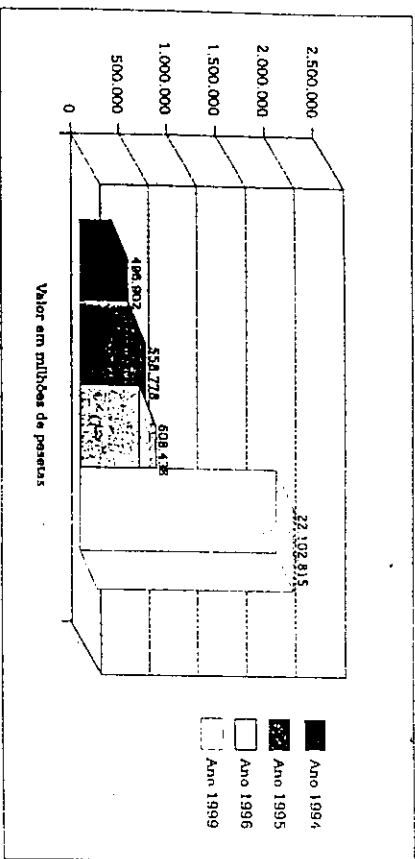
<sup>5</sup> Don José M. Arizmendiarrrieta nasceu no seio de uma família de agricultores do bairro de barriaga, junto ao povo de Markina-Eibarri, na província Basca de Bizkaia. INTRODUCCION a la experiencia Cooperativa de Mondragon. Guipuzcoa. Olalora. 1997.

<sup>6</sup> Actual Presidente da Mondragon Corporation Cooperativa - MCC. Fonte: WEBMASTER@mondragon.mcc.es

<sup>3</sup> Originalmente denominada *Union Serralleira* - Fonte: *Introducción a la experiencia Cooperativa de Mondragon*, Ed. Olalora, Mondragon 1997.

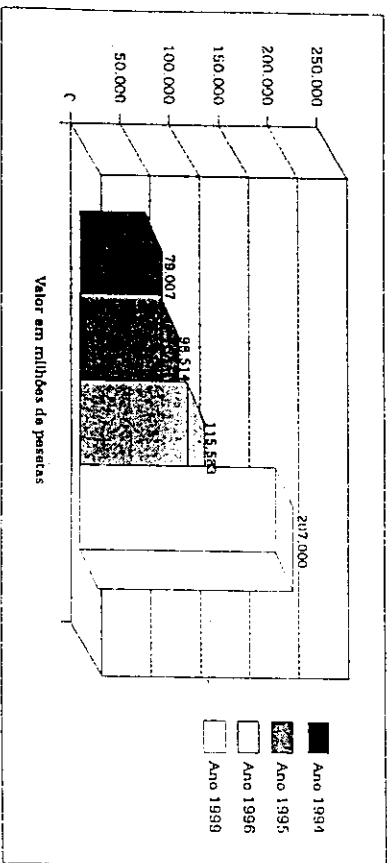
<sup>4</sup> Destaque para a guerra civil espanhola de 1936.

GRÁFICO 2 - Vendas totais



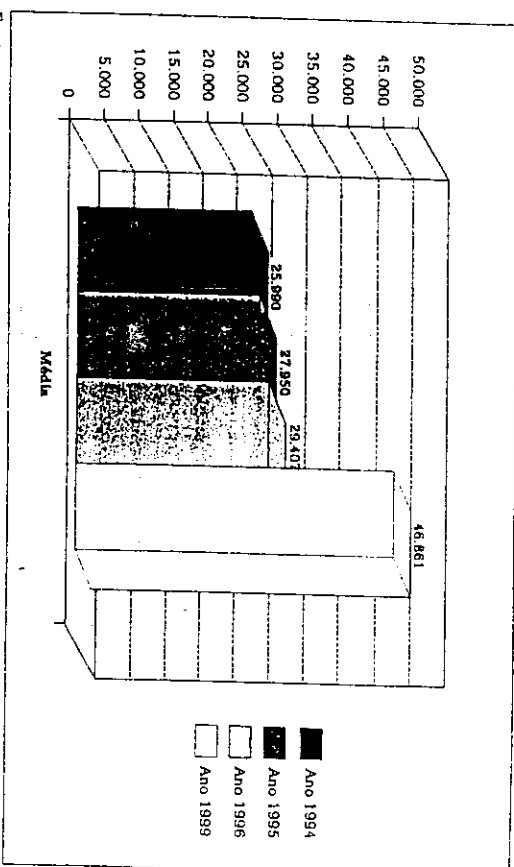
Fonte: www.mcc.es

GRÁFICO 3 - Exportações



Fonte: www.mcc.es

GRÁFICO 4 - Pessoal



Fonte: www.mcc.es

### 2.3 Principios básicos da Mondragon Corporación Cooperativa

Hoje, se abrimos o site<sup>7</sup> da MCC, temos ali enumerados, tal como temos nos dez mandamentos destinados a servir em como código de postura moral e ética a um povo determinado, os princípios básicos que norteiam as ações de desenvolvimento e participação social daquela honrosa instituição de trabalho e cooperação. São eles:

#### a) Livre Adesão

A todas as pessoas que aceitarem os princípios básicos, não haverá discriminação por inativos religiosos, políticos, étnicos, ou de sexo, no entanto exigirá respeito aos postulados de sua criação interna.

#### b) Organização Democrática

Igualdade básica aos sócios trabalhadores concretizada em: soberania na Assembleia Geral composta pela totalidade dos sócios, onde se exerce a 1 pessoa 1 voto; Eleição democrática dos órgãos administrativos, que será responsável pela gestão ante a Assembleia Geral.

<sup>7</sup> Fonte: <http://www.mcc.es/principios.html>

### c) Soberania ao Trabalho

Nas cooperativas de MCC se entende que o trabalho é o principal fator transformador da natureza, da sociedade e do próprio ser humano. Em consequência se atribui ao trabalho plena soberania na organização da empresa cooperativa, se distribui a riqueza produzida em função do trabalho aportado e se aposta decididamente na criação de novos postos de trabalho e empregos.

#### d) Caráter instrumental e subordinado do capital

A experiência cooperativa de Mondragon considera o fator capital como um instrumento subordinado ao trabalho e necessário para o desenvolvimento empresarial. Com efeito, entende que é o credor de remuneração justa, de acordo com os esforços que implica seu acúmulo ou poupança, muito embora, tal princípio não esteja necessariamente vinculado com os resultados obtidos.

#### e) Participação na gestão

É um princípio que implica no desenvolvimento progressivo da autogestão, logo, da participação dos sócios no âmbito da gestão empresarial. A qual requer:

- o desenvolvimento de mecanismos de participação adequados;
- a transparência informativa no que se refere a evolução das variáveis básicas de gestão cooperativa;
- a prática de métodos de consulta e negociação com os sócios trabalhadores e seus representantes nas decisões econômicas, organizacional e profissionais que os afetem;
- a aplicação sistemática de planos de formação social e profissional;
- o estabelecimento da promoção interna como via básica para a cobertura dos postos com maior responsabilidade profissional.

#### f) solidariedade retributiva

A experiência cooperativa de Mondragon proclama a retribuição do trabalho suficiente e sólida como um princípio básico de gestão. A solidariedade se manifesta no âmbito interno, externo e em nível de corporação.

#### g) Interocooperação

Tal princípio é entendido como a aplicação do princípio da solidariedade e como requisito de eficácia empresarial, a interocooperação se manifesta em diversos âmbitos: entre cooperativas individuais; entre consideradas, ou através da criação das agrupações setoriais - dentro da estrutura MCC; entre a experiência cooperativa de Mondragon e as demais organizações cooperativas vascas e do resto do Estado Espanhol; com outros movimentos cooperativos europeus e do resto do mundo, realizando acordos e estabelecendo órgãos conjuntos orientados ao fomento de um desenvolvimento comum.

### h) Transformação Social

Este princípio prevê uma adoção de política de seguridade social coerente com o sistema cooperativo, baseado na solidariedade e responsabilidade; a cooperação com outras entidades sociais Vasca de caráter social e econômico; a colaboração para revitalizar a língua vasca como língua nacional.

#### i) Caráter Universal

Como expressão da vontade universal em que todos colaborem com a democracia econômica, fazendo dos seus objetivos a paz, justiça e desenvolvimento, próprios do cooperativismo internacional.

#### j) Educação

A educação e a formação têm tido um papel determinante desde o início do desenvolvimento do cooperativismo de Mondragon. Seu fundador, e principal impulsionador, Don José Maria, sempre teve bem presente que a educação, entendendo por tal o complexo de idéias e concepções que adota um homem, é a chave do desenvolvimento de um povo.

Educação e formação permanente, tanto no âmbito cooperativo como no profissional, continuam sendo, hoje, elementos fundamentais da evolução e consolidação da experiência cooperativa da MCC.

### 3 A COOPERATIVA COOMECA

Neste estudo, foi feito um levantamento de dados que nos trouxe importantes informações sobre a COOMECA. Estes dados foram fornecidos, em parte, pela própria organização. Entretanto, não nos restringimos a esta fonte, mas, em verdade, buscamos localizar toda informação pertinente e disponível nos mais diversos organismos afins. Elegemos como questões a serem examinados os que entendemos serem importantes para a manutenção e avaliação de toda administração do gênero, qual seja, a dinâmica do trabalho em cooperativa, a efetiva participação dos associados nas decisões, a administração, o controle e a educação. Em suma, todos estes pontos por nós investigados, seja no estudo de caso (a pesquisa aplicada), ou na exploração bibliográfica, o foram, não por outro motivo que não o de verificar a prática dos princípios que regem o sentido e a existência do modelo cooperativo, seja no mundo, no Brasil ou aqui na região metropolitana - foco principal de nosso estudo.

#### 3.1 Histórico

Sobre sua trajetória, a cooperativa de trabalho COOMECA nasceu em 1984, sucedendo a empresa falida Wallig Sul S/A., fundada em Porto Alegre no ano de 1904. Em 1974, faziam parte do grupo a Wallig Nordeste S/A, de Campina Grande; Paraíba, e a Holding Metalúrgica Wallig S/A, de São Paulo/SP. Destinada a produzir fogões, fabricava também aquecedores de ambiente e de água, camas hospitalares, pregos, máquinas e equipamentos para cozinhas e lavanderias industriais e surdinas para automóveis. Fundiam o ferro para uso próprio, para a agroindústria e indústria

automobilística. João Wallig, filho de Pedro Wallig, fundador da empresa em 1904, tinha além da iniciativa, empresarial, outras de caráter filantrópico, tal como a Fundação João Wallig, destinada a dar assistência médica e social aos seus empregados, que, no caso, totalizavam mais de 1.000 postos diretos de trabalho na sede em Porto Alegre. Instigou ainda a criação, por parte dos funcionários, do Grêmio Esportivo Wallig (1931) e a CREWAL - Cooperativa de Economia e Crédito mútuo, destinada a cobrir suas necessidades financeiras eventuais.

A persistência e predisposição de alguns espíritos arrojados fizeram com que, no dia 8 de outubro de 1984, os empregados remanescentes da falida Wallig Sul, que totalizavam 396 trabalhadores, organizados na forma de cooperativa, adquirissem o direito de continuarem a produção utilizando o acervo técnico e os ativos da empresa falida. Para tanto, foram promovidas reuniões de mobilização e conscientização desse pessoal, no sentido de que assumissem a associação cooperativa como alternativa ao problema que enfrentavam. A assimilação desta nova filosofia de trabalho foi quase que total. Dos 396 trabalhadores da "massa falida, 320 passaram a fazer parte do quadro social das cooperativas (COOMEC e COOFUND).

A existência destas cooperativas estimulou a Secretaria da Indústria e Comércio a desenvolver estudos de viabilidade econômica, visando a comprovar a eficiência operacional das mesmas. O projeto foi aprovado, tendo sido feitas várias recomendações para o seu desenvolvimento e implementação. O apoio por parte do Governo Federal não passou da intervenção e implementação. O apoio por parte do Governo Estadual não passou da intervenção e implementação. Não houve nenhuma forma de empréstimos ou subsídios estaduais. Para a retomada da produção, os estoques de produtos acabados, em processo ou matéria-prima da falida foram negociados e adquiridos pelo valor de mercado. O pagamento foi efetuado em prestações, que, segundo o acordo, não poderiam ultrapassar a 10% do faturamento líquido da cooperativa, viabilizando a continuidade do processo.

Tendo como princípio a solidariedade e cooperação, os trabalhadores associados preservaram a sua atividade, bem como sua fonte de remuneração. Tornaram-se autônomos, passando os mesmos a decidir os rumos de duas cooperativas:

- COOMEC - Cooperativa Industrial Mecânica dos Trabalhadores da Wallig Sul Ltda. destinada a dar continuidade à produção de: aquecedores de água Cosmopolita; acumuladores de água Cosmopolita; fogões a lenha, marca Wallig; cozinhas e lavanderia industrial com marca Wallig;

- COOFUND - Cooperativa Industrial de Fundidos dos Trabalhadores da Wallig Sul Ltda. encarregada da fundição de: Ferro cinzento branco e Ferro cinzento.

Um obstáculo ressurgiu em 1987, quando o Grupo Wallig obteve uma reversão parcial na sua situação jurídica, transformando a falência numa concordata suspensiva. Adquiriu, sob o pretexto de gerar mais de 1000 empregos, o direito de administrar novamente seu patrimônio, exigindo o imóvel ocupado pela COOMEC e COOFUND. Em julho, no ano de 1989, celebraram um termo de acordo, no qual, mediante o pagamento de um aluguél, as cooperativas permaneceriam no local por mais dois anos (até 02/12/91). Prevenindo-se para a futura mudança, as

cooperativas adquiriram, em novembro de 89, 4,6 hectares na área industrial de Cachoeirinha com a intenção de construir uma nova instalação predial própria. Em 90, devido às dificuldades financeiras da COOFUND, abandonaram a idéia de construir um prédio e tentaram individualmente seguir o rumo mais conveniente. A COOMEC tentou buscar financiamento para a compra de uma área construída com a COLACOT (entidade cooperativista internacional), que alegou incapacidade financeira, e com a Caixa Econômica Estadual, que não subsidiou prazos e juros que não fossem os do mercado, o que inviabilizava o negócio.

Um segundo momento, difícil para os corajosos empreendedores, se deu em 26/12/91, quando foi emitido o mandado de reintegração de posse em favor da Wallig e; o estabelecimento onde atuava a COOMEC foi lacrado. A cooperativa alegou às pressas um pavilhão no Distrito Industrial de Cachoeirinha e, em Porto Alegre, uma residência que serviria para a área administrativa. Em janeiro de 92, adquiriu autorização judicial para a movimentação dos bens interditados. A mudança foi feita em regime de mútuo, na qual todos os sócios participaram carregando e descarregando equipamentos dos caminhões, sob constante fiscalização oficial. A construção de um chalé, que serviria para a futura área administrativa, assim como instalações sanitárias, a subestação de força elétrica, galpão e refeitório foram também feitos pelo próprio pessoal da cooperativa num exemplo de solidariedade, cooperativismo e esforço comum, que sequer lhes garantia, nas palavras de PUPPE<sup>6</sup>, a certeza de sucesso: (...) o "dar certo" era mais questão de torcida do que pragmatismo.

A COOFUND, não tendo se preparado devidamente para a mudança, não resistiu à transição, dissolvendo-se em procedimento extrajudicial. Com a mudança para a planta alugada, os equipamentos e ferramentas para a cozinha e lavanderia, por não pertencerem à COOMEC, ficaram retidos. A descontinuidade da produção destas linhas acarretou o não aproveitamento das mesmas pelos associados que as produziam, reduzindo o quadro de pessoal em quase 50%. A produção, diante da filosofia determinada pelo conselho de administração, tratou de se especializar na fabricação de aquecedores e acumuladores de água, buscando seu aperfeiçoamento.

Contudo, passada a tempestade, num difícil período de transição, a COOMEC, ainda em 1992 e mediante assembleia geral, homologa uma nova razão social: COOMEC (Cooperativa Industrial Mecânica), retirando da razão anterior o nome Wallig Sul. Atualmente, somente o pavilhão industrial e o terreno não pertencem à cooperativa. As demais instalações, como: os chalés da administração, de vendas e compras; o galpão e o refeitório, foram construídos pela cooperativa. Os equipamentos e máquinas são inteiramente de propriedade da COOMEC.

Dessa forma, surgiu a Cooperativa Industrial Mecânica Ltda. (razão social) - COOMEC, situada no Distrito Industrial de Cachoeirinha/RS, que, nos seus 15 anos de existência, tornou-se um exemplo vivo do que representa o movimento cooperativo. Pioneira no Brasil, atuante no ramo metalúrgico, esta cooperativa de produção demonstrou a força que possui uma organização de pessoas, quando

<sup>6</sup> PUPPE, Mauro G. Wahner. Trabalho solidário - o bem sucedido caso Coomec. Porto Alegre: Palomas, 1996, p.32.

motivadas por um objetivo único e comum e que se dispunham a trabalhar em regime solidário, livre e democraticamente gerido. Força essa não apenas representada pelo trabalho e eficiência que posteriormente demonstraram, mas também pela luta para a própria constituição, quando ainda não possuíam credibilidade e experiência de gerenciamento quando passaram a enfrentar os interesses privados.

Temos a dizer que, seu modelo de administração caracterizado pela autogestão, que se pode definir como administração própria e autônoma, parte do princípio de que numa organização os "braços e a cabeça", que representam a força do trabalho produtivo e a sua gerência, não necessariamente devam estar separadas, como acontece nas demais organizações, na qual a associação se dá pelo capital e não pelas pessoas e seu trabalho. Na COOMEC todos são autônomos, produzem e são responsáveis pelas diretrizes da organização. Os sócios elegem, através do voto nas Assembleias, os dirigentes responsáveis pela administração, que também pertencem ao quadro social e, por isso, possuem interesses iguais aos da coletividade. Têm ainda, o direito e responsabilidade de fiscalizar todo o processo relacionado à administração e às finanças da organização, através do conselho fiscal, também eleito pelo voto da maioria na Assembleia.

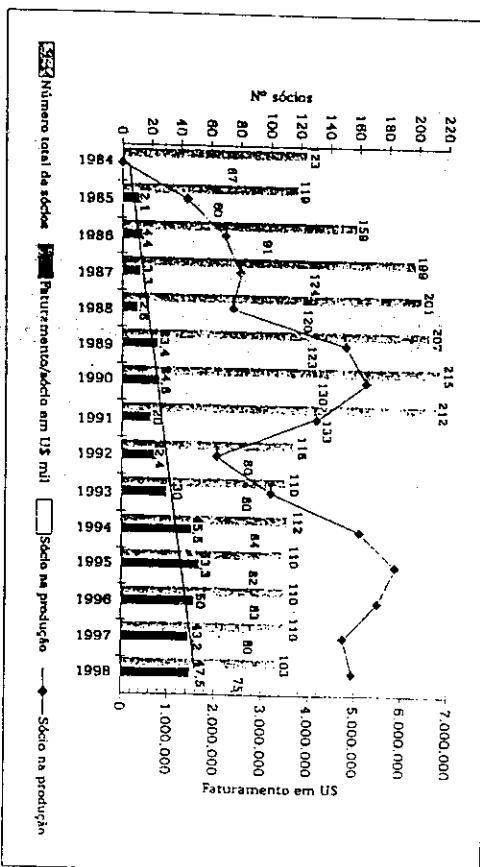
É público e notório que essas características da organização, norteadas pelos princípios cooperativos, aliados à criatividade, tenacidade, força de vontade e espírito solidário de seus membros, conduziram a empresa a uma posição economicamente viável, na qual os objetivos de melhoria na remuneração e nas relações sociais do trabalho estão sendo satisfeitos. A experiência da COOMEC demonstra que alternativas para a solução de problemas sociais podem ser auferidas pela associação das pessoas, em função do seu trabalho. Isso com participação, metodologia criteriosa e, principalmente, democracia na plenitude de seu significado.

### 3.2 Resultados

O GRÁFICO 5 apresenta a evolução do faturamento da COOMEC, relacionado com o número de sócios desde a sua implantação. Pode-se observar uma crescente evolução no faturamento por sócio, o que pode ser entendido como um aumento de produtividade ou de níveis de atuação no mercado. Outro ponto a salientar é a estabilidade do quadro social da cooperativa, a partir do ano de 1992. Neste mesmo ano, a queda tanto do faturamento como do número de sócios deu-se em função da mudança para a nova planta, a partir da exigência legal da Wallig, em desocupar o seu prédio. Como consequência, foi desativada a linha de cozinhas e lavanderias industriais, não pertencentes à COOMEC, ocasionando o não aproveitamento dos sócios com ela envolvidos.

GRÁFICO 5 - Evolução do faturamento e produtividade da COOMEC

Uma outra relação capital x trabalho é possível?



Fonte: COOMEC - Relatórios anuais

Obs.: Não houve produção nos cinco primeiros meses do ano de 1992 devido à mudança de planta.

Segundo dados verificados em nosso estudo, os sócios assimilam o resultado, demonstrando, através de seu esforço, ser a cooperativa uma solução viável para resolver a crise de desemprego e uma forma de auto-realização, pois, a despeito da empresa convencional mercantilista, os cooperados trabalham autogerenciariamente distribuindo os resultados de forma justa.

### 4 TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS - CASO COOMEC

Com vistas à tabulação das respostas e, conseqüentemente, a sua interpretação, os dados foram organizados numa planilha eletrônica. Assim, além da contagem individual, é possível estabelecer relações entre as questões, conforme a necessidade da análise. O questionário (anexo A) foi aplicado aos trabalhadores da produção Industrial da COOMEC, pelo aluno Hélio Eduardo Christ, no seu trabalho de conclusão de curso Administração de Empresas - UNISINOS.

#### 4.1 Amostra

O questionário restringiu-se aos associados que trabalhavam na produção industrial, porque é neste caso que se evidencia de forma mais tensionada a relação capital e trabalho, acirrada na maioria das empresas, caracterizada por subordinação entre capital e trabalho.

Conforme dados do período da aplicação do questionário, a Cooperativa possuía naquele momento 103 sócios, sendo que 75 atuavam na produção. Portanto, o questionário foi trabalhado somente com este universo. Entregou-se o mesmo aos



associados explicando-lhes que era uma pesquisa de caráter universitário, sem finalidade de identificação dos entrevistados. Após uma semana, os questionários foram recolhidos em uma urna para evitar a identificação dos entrevistados.”

Dos 75 questionários distribuídos aos cooperados, retornaram 36 e por preenchimento inadequado necessitou-se eliminar seis, restando cinquenta questionários, o que representou um retorno de 48%, representando 40% dos cooperados pesquisados.

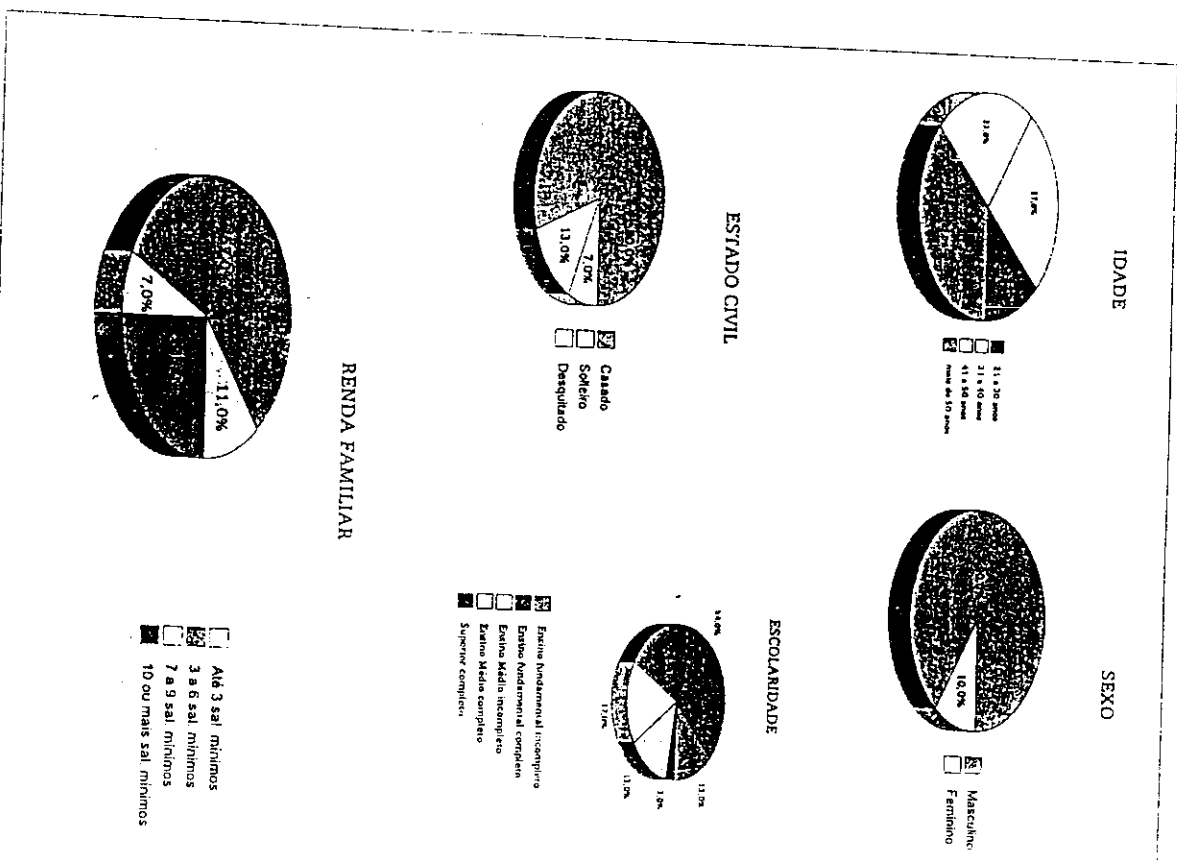
a) Balanço social dos entrevistados

No que se refere ao Gráfico 6, temos que destacar que a maioria dos entrevistados possui ensino fundamental completo (54%), mais de 50 anos (37%), são do sexo masculino (90%), casados (80%) e com renda familiar de 3 a 6 salários (57%).

b) O trabalho na cooperativa

De acordo com o tema proposto na presente pesquisa, o objetivo principal das questões que se referem a este item foi dimensionar o grau de satisfação do trabalhador cooperativado, quanto a relação capital e trabalho que se forma a partir desta nova concepção de organização, que prioriza a liberdade, democracia e participação nas decisões da cooperativa.

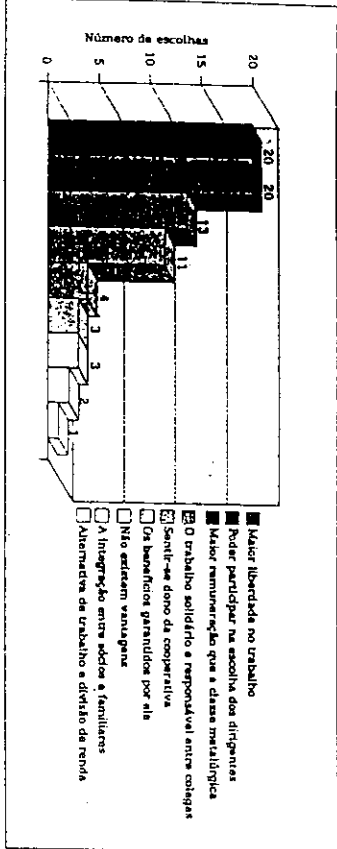
Uma outra relação capital x trabalho é possível?  
 GRÁFICO 6 - Balanço social dos entrevistados.



Fonte: Pesquisa aplicada na cooperativa COOMEIC (anexo A)

A questão 26 (GRÁFICO 7) do questionário (anexo A) solicitou ao entrevistado que assinalasse, dentre as vantagens apresentadas, aquelas percebidas ou sugeridas por ele quanto ao trabalho em cooperativas de produção.

GRÁFICO 7 - Vantagens assinaladas pelo sócio da cooperativa

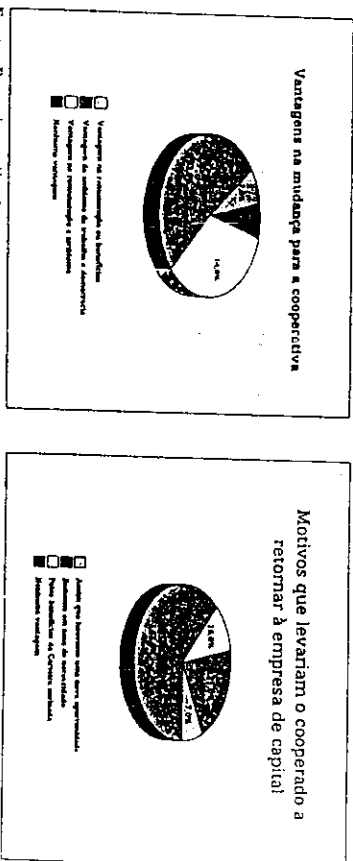


Fonte: Pesquisa aplicada na cooperativa COOMECC (anexo A)

Como se observa no GRÁFICO 7, a liberdade no trabalho e a oportunidade de escolher os dirigentes da cooperativa obtiveram o maior número de escolhas (20), o que representou, individualmente, 66,66% da amostra. Outras vantagens sinalizadas pelos entrevistados, com maior ênfase, foi a melhor remuneração obtida em relação à classe metalúrgica do setor capitalista e o trabalho solidário entre os colegas, que representaram, respectivamente, 43,33% e 36,66% do total de entrevistados. Dentre as outras indicações, cabe salientar que 10% dos sócios não percebem vantagem em trabalhar em cooperativas.

Na questão 9, 96,66% dos entrevistados informaram que já tiveram experiência no trabalho em empresas com fins lucrativos (associação de capital). Perguntados sobre as vantagens sentidas na mudança para o trabalho em cooperativa (questão 10) (GRÁFICOS 8 e 9) e os motivos que os levariam a trabalhar novamente em empresas de capital (questão 11) (GRÁFICO 8 e 9), responderam:

GRÁFICOS 8 E 9 - Vantagens percebidas pelo trabalhador na mudança para o trabalho em cooperativa



Fonte: Pesquisa aplicada na cooperativa COOMECC (anexo A)

As informações apresentadas nos GRÁFICOS 8 e 9, respectivamente, sugerem, então, que o ambiente encontrado para o trabalho na cooperativa, assim como a remuneração e benefícios por ela garantidos, contribuem para que o cooperado tenha a intenção de permanecer neste tipo de organização (62%).

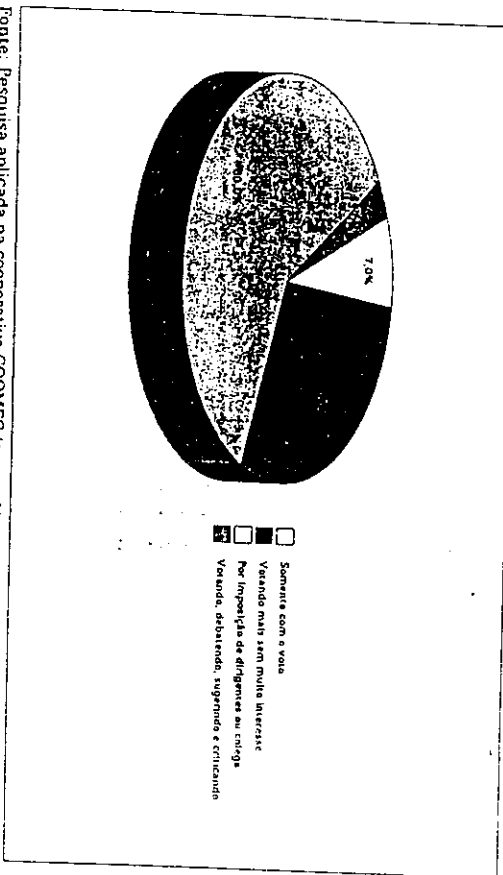
A liberdade para a realização do trabalho foi identificada também através da questão 12, quando 86,66% dos entrevistados indicaram que executam o seu trabalho através de metas a serem cumpridas (decididas em Assembleias), e não de um controle rígido de produção.

c) A participação nas decisões

Neste item, a atenção das questões foi direcionada de maneira a identificar o grau de participação do sócio nas questões administrativas da cooperativa. O órgão máximo desta associação é o poder da Assembleia Geral, em que cada sócio tem não só o direito ao voto, mas a obrigação e responsabilidade de usá-lo de maneira que consolide a democracia interna e venha a alcançar os melhores resultados para a coletividade. Participação, então, não significa apenas a presença física do sócio neste evento, mas sim o seu envolvimento com as questões a serem tratadas, debatendo, sugerindo, criticando ou votando com responsabilidade.

Neste sentido, a questão 14 (GRÁFICO 10) visou a identificar a qualidade da participação do sócio nas assembleias, através da votação.

GRÁFICO 10 - Nível de participação social nas assembleias

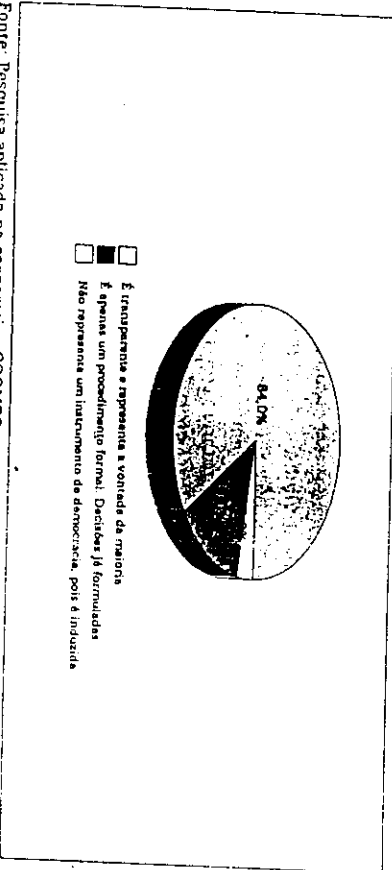


Fonte: Pesquisa aplicada na cooperativa COOMEC (anexo A)

Observa-se no GRÁFICO 10 que a utilização do voto unicamente expresso participação mais atuante, em que o sócio busca interagir com as questões em pauta, representa 30% dos entrevistados. Apenas 10% da amostra não utilizam o voto como um instrumento de consolidação dos seus interesses.

A questão 15, GRÁFICO 11, diz respeito à credibilidade do sócio quanto à representatividade da votação na Assembleia.

GRÁFICO 11 - Representatividade do voto na assembleia na ótica do sócio



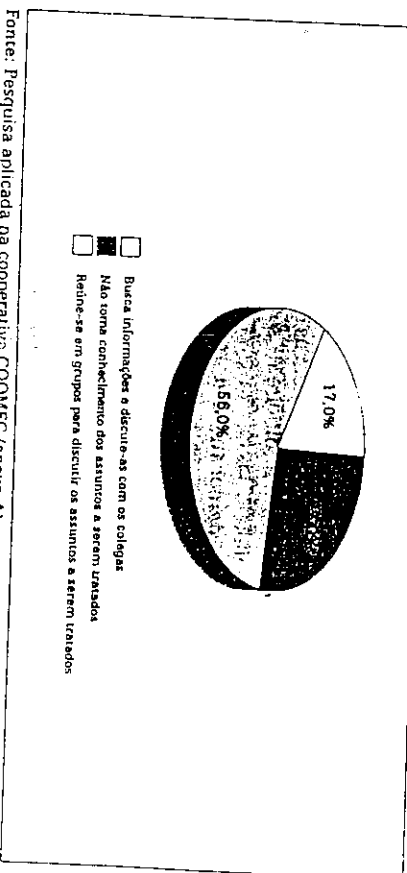
Fonte: Pesquisa aplicada na cooperativa COOMEC (anexo A)

Uma outra relação: capital x trabalho é possível?

A iniciativa para a convocação de Assembleias Extraordinárias, bem como a definição dos temas e assuntos a serem tratados nas mesmas, foram verificadas, respectivamente, pelas questões 16 e 17. Os resultados de ambas foram praticamente os mesmos, sinalizando que tanto os dirigentes como os sócios da cooperativa buscam a iniciativa de convocar e dirigir a pauta de assunto das assembleias.

Outro ponto destacado pela questão 18 (GRÁFICO 12), visou a analisar o interesse demonstrado pelos sócios, ao participarem das assembleias, em buscar antecipadamente as informações sobre os assuntos e decisões que deverão tomar, e, diante disso, munirem-se de questionamentos sobre os reflexos e consequências das mesmas na atividade cooperativa.

GRÁFICO 12 - Interação do sócio com os assuntos das assembleias



Fonte: Pesquisa aplicada na cooperativa COOMEC (anexo A)

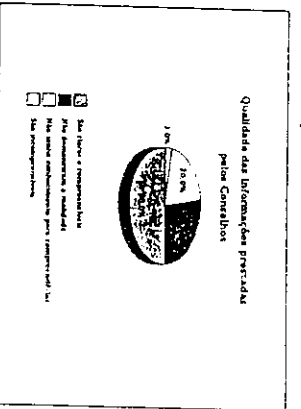
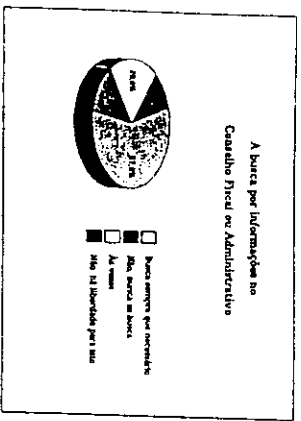
d) Administração e controle

Neste ponto, a pesquisa teve como meta o estabelecimento do nível de controle efetuado pelos sócios sobre as ações administrativas dos seus dirigentes. Cerramente, é através do controle que se consolidam a democracia e o trabalho solidário. As diretrizes, traçadas e assumidas pela maioria nas Assembleias, devem ser cumpridas na íntegra pelos dirigentes; sob pena de possibilitar desvios de conduta por parte desses administradores e, conseqüente, descrédito do poder decisório deste órgão supremo.

A questão 19 procurou verificar a existência ou não da integração do Conselho Administrativo com o quadro social. Assim, 76,66% da amostra responderam que o Conselho está próximo ao sócio atendendo as suas expectativas, e 23,33% indicaram que o mesmo encontra-se distante dos interesses dos associados, somente voltados para a administração.

As questões 20 e 21, buscam, respectivamente, por informações sobre os resultados da cooperativa por parte dos sócios e sobre a qualidade e compreensão dessas mesmas, prestadas pelo Conselho Fiscal ou Administrativo. Os GRÁFICOS 13 e 14 retratam os resultados.

**GRÁFICOS 13 E 14 - Qualidade e interesse dos sócios pelas informações prestadas pelos Conselhos**

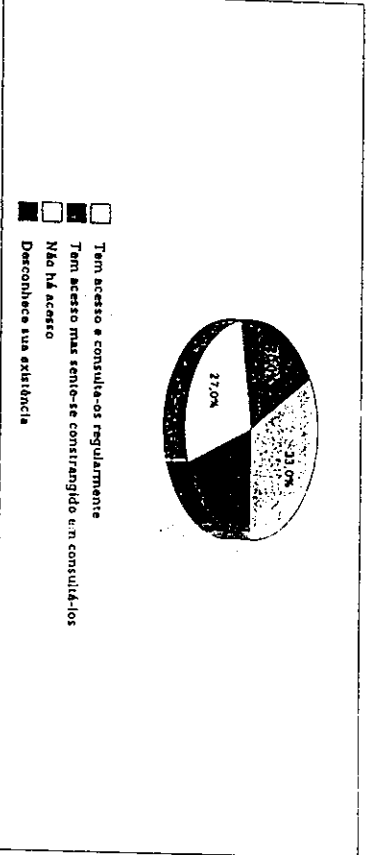


Fonte: Pesquisa aplicada na cooperativa COOMEC (anexo A)

Pode-se verificar nos gráficos 13 e 14 que 57% dos sócios entrevistados procuram informações sobre o andamento da cooperativa sempre que necessário e 20% em alguns casos. Os outros 23% representam os que nunca se informam ou os que não sentem liberdade para se dirigirem aos Conselhos e solicitarem esclarecimentos. Quanto à qualidade das informações prestadas, 50% julgam serem claras, 27% dizem que não demonstram a realidade, 20% julgam-se sem conhecimento para compreendê-las e 3% as consideram incompreensíveis.

Quanto ao acesso do sócio aos relatórios do Conselho Fiscal sobre a administração da cooperativa, questão 22, os resultados apurados pela pesquisa são apresentados no GRÁFICO 15.

**GRÁFICO 15 - Acessibilidade dos sócios aos relatórios do Conselho Fiscal**



Fonte: Pesquisa aplicada na cooperativa COOMEC (anexo A)

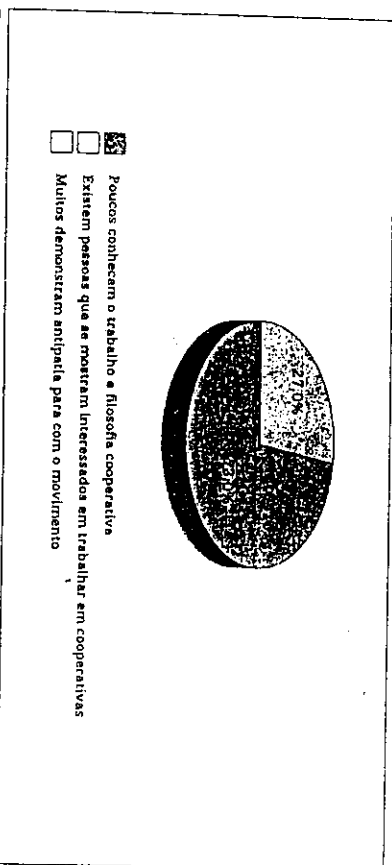
**e) A educação cooperativa**

Segundo o cooperativismo, a educação cooperativa tem um papel fundamental para o desenvolvimento dessa forma de organização, de maneira que

**Uma outra relação capital x trabalho é possível?**

os conhecimentos de sua doutrina sejam difundidos entre os sócios e, principalmente, entre a comunidade da qual pertencem, num processo de integração constante. Neste sentido, a questão 13 (GRÁFICO 16) buscou identificar o conhecimento e interesse no trabalho cooperativo, existente entre o círculo de amizade e familiares dos sócios entrevistados:

**GRÁFICO 16 - Conhecimento do cooperativismo entre a comunidade**

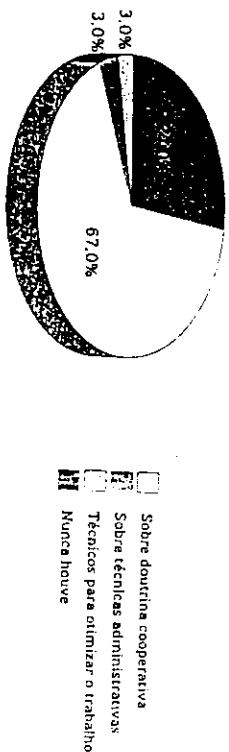


Fonte: Pesquisa aplicada na cooperativa COOMEC (anexo A)

Percebe-se no Gráfico 16 que há muito trabalho a ser feito quanto à difusão do cooperativismo entre a sociedade. Apenas 27% dos entrevistados informaram que, entre o seu círculo de relações pessoais, existem pessoas que mostram interesse e conhecimento da associação do trabalho. Outros 73% assinalaram que poucos dos seus familiares conhecem o trabalho e a filosofia da cooperativa.

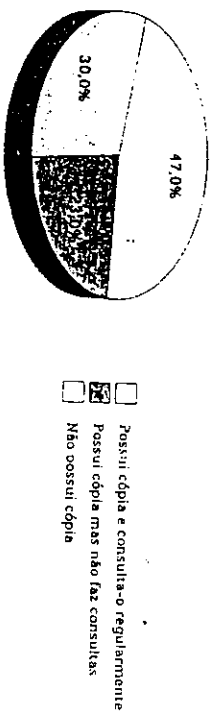
Na questão 23, foi solicitado ao entrevistado que informasse os tipos de cursos do qual tenha participado na cooperativa. O Gráfico 17 apresenta os resultados, que indicam que a preocupação despendida pela cooperativa está mais voltada para o desenvolvimento das técnicas pertinentes ao trabalho. Apenas 3% afirmaram ter participado de cursos sobre cooperativismo e 27% disseram que nunca houver cursos.

GRÁFICO 17 - Participação dos sócios em cursos promovidos pela cooperativa



Fonte: Pesquisa aplicada na cooperativa COOMECC (anexo A)

GRÁFICO 18 - Utilização do estatuto da cooperativa por parte dos sócios.



Fonte: Pesquisa aplicada na cooperativa COOMECC (anexo A)

A questão 25 (GRÁFICO 18) contempla a utilização do estatuto da sociedade cooperativa por parte dos seus sócios. Neste sentido, 47% dos entrevistados indicaram não possuir cópia do estatuto, 30% consultam-no regularmente e 23% apenas possuem a cópia sem consultá-lo.

**CONCLUSÕES**

A COOMECC iniciou as suas atividades a partir da falência da Wallig Sul, empresa de associação de capital, que atuava no mercado há várias décadas. Portanto, podemos dizer que já havia um produto, uma marca reconhecida, um mercado consolidado e, principalmente, *know-how*, representado pelo conhecimento técnico dos seus profissionais; quando estes se associaram cooperativamente para gerenciar a massa falida. Obviamente que estes fatores tiveram influência significativa para o desenvolvimento da cooperativa, contudo, não se pode diminuir o mérito do sucesso da COOMECC.

Inicialmente foram muitas as dificuldades, principalmente a inexperience administrativa, a falta de recursos financeiros para capital de giro e as questões judiciais que envolviam a Wallig. A superação destes problemas não seria auferida se não fossem a mobilização e participação intensa dos seus associados, através do modelo de autogestão, que possibilita uma maior flexibilidade organizacional, pela interação e comprometimento de todos os membros aos objetivos comuns, por eles determinados. Cabe salientar que no Brasil, naquela época, quase não existia a cultura de empresas de autogestão, e isto constituiu-se em mais um desafio para os sócios da COOMECC.

Atualmente, principalmente após a estabilização econômica promovida pelo real, a COOMECC apresenta resultados econômicos satisfatórios. Embora não esteja produzindo sobras para a divisão no final do exercício (princípio defendido pela doutrina cooperativista), a partir de 1992 a cooperativa mantém estável o seu quadro social, com remuneração e benefícios equivalentes ao mercado de trabalho da região.

Quanto à produtividade e ao índice de faturamento por sócio, tem mostrado uma evolução crescente (GRÁFICO 5), o que demonstra a eficácia da cooperativa como empresa. A busca por aprimoramento tecnológico para os seus produtos, assim como uma crescente preocupação com o planejamento estratégico para a atuação no seu nicho de mercado, constituem as causas deste desempenho positivo. Soma-se a isto a própria participação do trabalhador associado que, sendo o proprietário do empreendimento, torna-se mais comprometido e responsável com a produção e com os resultados desta cooperação.

Quanto à dimensão social, a cooperativa, de uma maneira geral, tem-se mostrado fiel à doutrina e princípios do cooperativismo. Entretanto, como foi apontado na pesquisa, ela deve melhorar alguns aspectos, procurando:

- instigar a participação mais efetiva do sócio nas assembleias (não somente com o voto, mas com debates e sugestões), tomando-o mais envolvido com os assuntos da cooperativa;
- promover um maior acesso e compreensão, de todos os sócios, aos relatórios do Conselho Fiscal;
- instigar uma maior integração e divulgação do trabalho associado entre a comunidade;
- promover cursos sobre a doutrina cooperativa e técnicas administrativas entre os sócios;

- atualizar e distribuir cópias do estatuto aos sócios;
- incentivar a formação do ensino fundamental e de ensino médio.

Acréscenta-se ainda que nossa reflexão está embasada no pressuposto de que na cooperativa industrial há uma nova relação entre capital e trabalho. Em virtude dessa inferência, problematizamos a questão, partindo do princípio de que devemos indagar se estas cooperativas são realmente viáveis nessa adequação de relações entre capital e trabalho. No sentido de sermos coerentes, construímos a hipótese de que os associados da COOMEC - nossa amostra de representatividade do setor - de fato percebem essa nova relação entre capital e trabalho, e, ainda, que existem nas cooperativas em questão as condições de diminuir as diferenças sociais existentes na classe trabalhadora, de forma que se propicie aos mesmos melhores condições de vida e a construção de uma sociedade com mais dignidade e justiça.

As categorias em questão, capital e trabalho, foram elementos norteadores e motivadores de nossa pesquisa, traduzindo-se em nosso objetivo geral responder e confirmar estes questionamentos, resultando que ora estamos convencidos de que nossas hipóteses iniciais se confirmaram integralmente, razão pela qual vemos na cooperativa, de um modo geral, um eficiente instrumento de equilíbrio e desenvolvimento social. Quando nos propomos a examinar o tema que se refere às relações existentes entre o capital e trabalho, partimos da origem desse fenômeno, que encontra em MCC (Mondragon Corporacion Cooperativa) sua essência e, sobretudo, a comprovação prática de todas as hipóteses aventadas, bem como a efetiva realização dos princípios basilares do sistema cooperativo.

Tal análise se mostra possível e evidente na medida em que constatamos acerca das diferenças (na opinião dos cooperativistas) entre o sistema cooperativo (que agora estão integrados) e o sistema tradicional (empresa capitalista a que antes estavam integrados) que estão demonstrados os seguintes pontos que colocamos em destaque: o Gráfico 9, por exemplo, evidencia que os benefícios - estes exaustivamente apontados no referencial bibliográfico e no estudo de caso em especial - são percebidos pelos associados, na medida em que acreditam estar ocorrendo ali uma maior liberdade para trabalhar, uma participação democrática efetiva, escolha dos dirigentes, maior remuneração, e, sobretudo, um outro dado relevante: 62% não voltariam à iniciativa privada, de modo algum, caso pudessem manter-se no sistema cooperativado; 21% disseram que só em último caso, no quesito participação das decisões, o número é impressionante (GRÁFICO 10), 90% revelaram estar plenamente conscientes e integrados na participação das decisões, seja pelo voto ou pela participação em debates; Ainda (GRÁFICO 11), 84% entendem que a gestão naquela cooperativa é transparente e representa a vontade da maioria.

Em nosso entendimento, inúmeras são as informações que trazem dados relevantes e que podem servir de fundamento para um planejamento social estratégico; o que se exige nesse sentido é sensibilidade para uma acurada interpretação; evidentemente recomenda-se cuidado em relação ao entusiasmo natural que o tema incita, dada sua relevância social. Todavia, os dados são de fato estatísticos e animadores, basta dizer que se observou que os integrantes representam uma faixa madura da sociedade e têm objetivos claros e bem definidos

Uma outra relação capital x trabalho é possível?

(80% são casados), na medida em que o corpo social é constituído essencialmente por indivíduos que se encontram no seu apogeu reflexivo: 37% têm mais de 50 anos.

Ainda temos a dizer que o presente trabalho teve como objetivo principal a análise do cooperativismo como alternativa para o setor de produção. Buscou-se, assim, evidenciar sua viabilidade como modelo de gestão para as empresas, tomando-se como base os resultados, a evolução e o desenvolvimento do cooperativismo, obtidos em outros setores da economia. A apresentação e caracterização do cooperativismo demonstram que o movimento, apesar dos seus 150 anos, mantém vivos os valores e princípios definidos por seus precursores e pioneiros. Hoje se constitui em uma organização internacional difundida em todo o mundo, totalizando cerca de 800 milhões de cooperados, que buscam satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais, a partir da sua associação voluntária, formando empresas de propriedade comum, democraticamente geridas. Deste modo, pode-se dizer que o cooperativismo é uma alternativa para a reordenação da sociedade, que se dará através da união das pessoas e do seu trabalho não subordinada a interesses alheios.

É importante refletir o aspecto social que coloca o cooperativismo como alternativa de trabalho e renda mais estáveis, pois salvo momentos críticos (GRÁFICO 5 - 1991 - 1992), evita demissões nos momentos de sazonalidade ou de recessão, como é feito na indústria capitalista. Obviamente que a eficiência operacional nos picos de vendas devam, necessariamente, cobrir os períodos de retração no consumo, para que o negócio seja viável.

A apresentação do caso da cooperativa COOMEC possibilitou o estudo prático e real de uma cooperativa de produção industrial. Os resultados econômicos e os benefícios sociais promovidos pela cooperativa, indicam a viabilidade deste modelo de autogestão. A pesquisa realizada com o quadro social, também sinalizou que a nova relação capital e trabalho, decorrente deste modelo de gestão administrativa, está sendo assimilada positivamente. As principais vantagens percebidas pelo trabalhador associado, que justificam esta afirmação, são a liberdade no trabalho, o poder de decisão, representado pelo voto nas Assembleias, maior remuneração que a classe metalúrgica da região e o trabalho solidário e responsável entre colegas. Outro ponto a salientar, é a democracia e o ambiente de trabalho satisfatório, encontrados pelos sócios quando iniciaram seu trabalho na cooperativa. Estes fatores certamente contribuíram para que 62% dos entrevistados indicassem que não voltariam a trabalhar sob o regime de subordinação ao capital, se pudessem permanecer associados a uma cooperativa. A liberdade no trabalho, neste caso, esta diretamente associada à democracia, defendida pela doutrina cooperativista. Pelas Assembleias, os sócios definem as suas metas de trabalho e, conseqüentemente, não necessitam estar sob constante controle de produtividade, diferentemente dos modelos tradicionais de gestão empresarial capitalista. Neste sentido, 84% dos entrevistados julgaram que as Assembleias são transparentes, representando a vontade da maioria.

O que o presente trabalho confirmou, entre diversos aspectos de relevante valor social, em nosso entendimento, foi o fato de que o cooperativismo traz em si virtudes que o outro sistema vigente não tem em sua essência, a saber, que não

obstante seu caráter desenvolvimentista, tem sido razão de desagregação e exclusão social, tendo o valor capital sobreposto ao valor humano. No cooperativismo o capital tem servido ao trabalho e não o contrário, pois no sistema cooperativista o ideal é a plena realização humana, estando o capital submetido ao homem, sendo ele um meio e não um fim.

Em ocasiões memoráveis nos foi oportunizado um diálogo com um dos visionários idealistas do sistema cooperativo de Mondragon. Um dos fundadores nos relatou, a viva voz, suas observações em decorrência dos frequentes convites recebidos para palestrar em praticamente todos os países da Europa, em entidades representativas do meio empresarial capitalista. Perguntava-se ele: ora, porque será que recebo tantos convites, por parte de importantes entidades, no sentido de esclarecer o sistema bem sucedido de gestão de Mondragon? Depois de alguns segundos de reflexão e quietude, ele mesmo nos respondeu: ao perguntar aos líderes capitalistas o que há de mais moderno em administração nas maiores organizações empresariais do mundo inteiro, eles responderam os interlocutores: é a gestão mais participativa e a distribuição de uma parcela dos lucros da empresa aos operários. Reflete ainda nosso protagonista: ora, o que há de mais moderno em administração hoje, difundido pelo mundo acadêmico, nas melhores escolas de administração do mundo, é o que para nós cooperativistas está na raiz da autêntica cooperativa há mais de 150 anos, na qual temos como pressuposto a plena democracia (um sócio, um voto) e a total distribuição dos resultados obtidos pelo trabalho coletivo, então, nesse caso, nada temos a dizer: aqueles gestores, senão que, para se aproximarem de nosso modelo de gestão, terão de admitir sua sucumbência, pois que teriam de fazer a divisão de um poder que em hipótese alguma gostariam de admitir partilhar.

## 6 BIBLIOGRAFIA

- Aliança Cooperativa Internacional *Los principios cooperativos para el siglo XXI*. Buenos Aires: INTERCOOP. Cooperativa, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1997. 155 p.
- RANZADI, Dionísio. *Cooperativismo industrial como sistema, empresa y experiencia*. Bilbao: Universidad de Deusto, 1992.
- RIZMENDIARRIETA, José Maria. *Experiencia Cooperativa de Mondragon*. In: *Mondragon Corporation Cooperativa*. MCC, Guipúzcoa, España: MCC, 2002. Disponível em: <<http://www.mcc.es/experiencia.html>>. Acesso em: setembro 2002.
- RUEDA, Marcos. *Globalização e sociedade civil: reparando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa*. Proposta. [s.l.], n. 74, set./nov. 1997.
- SERFER, Fernando; FARINA, Sérgio; SHEID, Urbano. *Apresentação de trabalhos coletivos*. 13.ed. Porto Alegre: Multlivro, 1993. 69 p.

- BENATO, João Victorino Azolin. *Cooperativismo de trabalho*. O gigante acorda. São Paulo: Dinâmica, 1977.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria da geral da administração*. 4 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1993. 920 p.
- CHRIST, Hélio Eduardo. *O cooperativismo como alternativa para o setor de produção industrial*. 1999. Monografia (Curso de Administração de Empresas) - UNISINOS, São Leopoldo.
- DE MASY, Rafael Carbonel. *Estratégias de desarrollo rural em los pueblos Guaraníes (1608-1767)*. Barcelona: Bosch, 1992.
- DUPAS, Gilberto. *Revista da fundação SEA de capitalismo: ciclos e crises atuais*. São Paulo em Perspectiva. v. 12. Julho/Set. 1998
- EICHNER, Márcia, BATISTA, Valquíria. *Resgate dos aspectos da história do cooperativismo*. São Leopoldo: Unisinos: Cedope, [s.d.], 307 p.
- FERRAZ, COUTINHO *et al*. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas: Unicamp, 1993. 98p.
- FURASTÉ, Pedro Augusto. *Normas técnicas para o trabalho científico*. 4.ed. Porto Alegre: [s.n.l.], 1994. 77 p.
- GONÇALVES, Hugo Foliato. *O que entendemos sobre as cooperativas de trabalho*. *Perspectiva Econômica - Série Cooperativismo*. São Leopoldo, v. 33, n. 104, 1998.
- HOLYOAKE, Georges Jacob. *Historia de los pioneros de Rochdale*. Buenos Aires: Intercoop, 1975. 93p.
- IRON, João Eduardo. *Cooperativismo e economia social: a prática como alternativa para uma economia centrada no trabalho e no homem*. São Paulo: LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos da metodologia científica*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- MIRAPALHETE, Luiz L. *Correa. Constituição, legislação e operacionalização de uma cooperativa de trabalho em Gramado - RS, 1988*. Monografia (Ciências Contábeis). FACAT.
- NEUTZLING, Inácio. *Centro de pesquisas e apoio aos trabalhadores*. Curitiba: CEPAT, 1998.

- OLIVEIRA, TEREZINHA Cleide. O desenvolvimento das cooperativas de trabalho no Brasil. São Paulo: OCR, 1984.
- PÉREZ, José Rodríguez. Administración y conducción de cooperativas de trabajo. Buenos Aires: Philippe Buchez, 1996. 134p.
- PERIUS, Vergílio. Cooperativas de trabalho - manual de Organização. Perspectiva Econômica. Série Cooperativismo. Nº Especial. São Leopoldo, v. 32, n. 97, 1997.
- PINHO, Diva Benevides. Manual de cooperativismo: administração de cooperativas. São Paulo: USP, 1982. v.2.
- O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro. São Paulo: USP, 1982.
- PONTE JUNIOR, Osmar de Sá *et al*. Mudanças no mundo do trabalho - economia solidária: Mondragon uma experiência de cooperação autogestionária. Paul Singer, FEA-USP. Ed. UFC. Fortaleza, 2000
- PUPE, Mauro. Trabalho solidário: o bem sucedido caso Coomec. Porto Alegre: Palomas, 1996. 136 p.
- RIKFIN, Jeremy. O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos à redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1996.
- SCHNEIDER, José Odelso. Democracia, participação e autonomia cooperativa. 2.ed. especial. São Leopoldo: Unisinos, 1999. 412 p.
- VICENTE, José H. Vásquez. A reestruturação produtiva e as cooperativas de trabalho. Perspectiva Econômica. São Leopoldo, v. 31, n. 95, 1996.
- SQUIZATO, Rodrigo. Cooperativa de trabalho cresce com terceirização. Gazeta Mercantil. São Paulo, ano V, n. 241, p. 3 de 16 julho 1999.
- TESCH, Walter. Cooperativismo de trabalho: alternativas ao "desemprego". São Paulo: Ipnos:FKA. 1995. 67 p.
- UNISINOS. Centro de Ciências Econômicas. Administração de cooperativas. São Leopoldo, 1988. 84 p.  
<http://www.och.org.br>  
<http://www.mcc.es/experiencia.html>  
<http://www.mcc.es/principios.html>